

A GESTÃO CRIVELLA E A ESPACIALIDADE LGBTQIAPN+ NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Nilton Abranches Junior ¹

RESUMO

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Nenhum Arco-íris no Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa GEOCorpo/UERJ, contando com financiamento institucional e apoio da CAPES. O projeto tem como objetivo analisar os processos de inviabilização de ocupação do espaço da cidade do Rio de Janeiro por sujeitos LGBTQIAPN+, através das ações do poder de Estado, representado pelas ações e discursos proferidos pelo poder executivo municipal. Trata da ação direta do Prefeito Marcelo Crivella na tentativa de silenciamento desses sujeitos durante a Bienal do Livro do Rio de Janeiro. Estabelece-se enquanto objeto da pesquisa um evento de grande repercussão midiática protagonizado pelo mandatário do poder executivo municipal, a organização de um grande evento da agenda cultural local, e uma parcela da população carioca, intermediado por decisões judiciais. Pate-se do pressuposto de que a LGBTQIAPN+fobia faz parte da estrutura social carioca. Enquanto percurso metodológico, num primeiro momento se discute o contexto no qual estão inseridos estes sujeitos, dentro de uma perspectiva histórica atrelada às ações do heteropatriarcado brasileiro no seu processo de silenciamento e de invisibilização. Num segundo momento, demonstra-se como a heteropatriarcalidade se apresenta enquanto ideologia de governo, enquanto prática espacial, ordenando o território da cidade. Estabelece-se um diálogo com teóricos como Foucault (1999), Butler (2019), Bento (2011) e Carlos e Pádua (2017) e Vidarte (2019), entre outros. Baseado em dados produzidos por organizações da sociedade civil, identifica-se uma relação entre o fato ocorrido, e o aumento da violência contra pessoas LGBTQIAPN+, principalmente pessoas travestis e transexuais.

Palavras-chave: Gestão do Espacial, LGBTQIAPN+fobia, Ordenamento Territorial, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper is part of the research project entitled “No Rainbows in Rio de Janeiro”, developed by the GEOCorpo/UERJ Research Group, with institutional funding and support from CAPES. The project aims to analyze the processes of making it impossible for LGBTQIAPN+ subjects to occupy space in the city of Rio de Janeiro, through the actions of State power, represented by the actions and speeches given by the municipal executive power. It deals with the direct action of Mayor Marcelo Crivella to silence these issues during the Rio de Janeiro Book Biennial. The object of research is an event of great media repercussion led by the representative of the municipal executive power, the organization of a major event on the local cultural agenda, and a portion of the Rio population, mediated by judicial decisions. There is a requirement that LGBTQIAPN+phobia be part of the social structure of Rio. As a methodological path, initially the context in which these subjects are inserted was discussed, within a historical perspective linked to the actions of the Brazilian heteropatriarchy in its process of silencing

¹Doutor em Geografia – UFRJ, Professor Associado do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Permanente do PPGEU/UERJ. niltonabanches07@yahoo.com.br.

and invisibilities. Secondly, it is demonstrated how heteropatriarchal actions presents itself as a government ideology, as a spatial practice, ordering the city's territory. A dialogue is established with theorists such as Foucault (1999), Butler (2019), Bento (2011) and Carlos e Pádua (2017) and Vidarte (2019), among others. Based on data produced by civil society organizations, a relationship is identified between the incident and the increase in violence against LGBTQIAPNB+ people, especially transvestites and transsexuals.

Keywords: Spatial Management, LGBTQIAPN+phobia, Territorial Planning, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Nenhum Arco-íris no Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa GEOCorpo/UERJ, contando com financiamento institucional. O projeto tem como objetivo analisar os processos espaciais que inviabilizam a ocupação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro por sujeitos LGBTQIAPN+, através das ações do poder de Estado, representado pelas ações e discursos proferidos pelo poder executivo e pelo poder legislativo.

Neste recorte da pesquisa debruça-se sobre uma situação específica envolvendo o mandatário do executivo municipal, a organização de um evento cultural importante no calendário da cidade - a Bienal do Livro, que atrai milhares de visitantes diários durante a sua realização, e uma parcela da população – as pessoas LGBTQIAPN+ - que foi atingida diretamente pelo ato discriminatório do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Portanto oferece-se uma discussão centrada em um fato de grande repercussão midiática, noticiada nos mais diversos canais de comunicação, não somente no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. Filia-se a um ativismo acadêmico, calcado em uma Geografia de denúncia. Traz-se para a Geografia acadêmica a discussão sobre as tentativas constantes de invisibilizar e silenciar corpos em dissidência de gênero e ao heteropatriarcado, através da disseminação de práticas espaciais que deslegitimam a permanência desses sujeitos em diversos espaços da cidade.

Parte-se do pressuposto de que o Brasil é um país LGBTQIAPN+fóbico. Assume-se que a LGBTQIAPN+fobia faz parte do cotidiano da sociedade brasileira, estando presente de variadas formas no e nos mais diferentes espaços, desde escolas, hospitais, universidades e nas repartições públicas, até nas grandes firmas e nos espaços públicos da cidade.

O objetivo deste trabalho é o de relacionar as ações do poder executivo do município do Rio de Janeiro, com a ratificação da injustiça socioespacial, pela qual passa a população

LGBTQIAPN+. Para tal há a necessidade de se discutir o contexto no qual estão inseridos estes sujeitos, dentro de uma perspectiva histórica atrelada às ações do heteropatriarcado brasileiro no seu processo de silenciamento e de invisibilização. Num segundo momento, demonstra-se como a heteropatriarcalidade se apresenta enquanto ideologia de governo, enquanto prática espacial, ordenando o território da cidade.

A discussão está apoiada no pensamento de Foucault (1999), quando assume que a sexualidade se apresenta enquanto um potente dispositivo de poder capaz de estabelecer, de forma incisiva, proibições e interdições. Traz-se também as contribuições de Butler (2019, 2019a) quando se discute o contexto de injustiça socioespacial ao qual estão submetidos os sujeitos LGBTQIAPN+, levando em consideração os processos de abjeção que sofrem seus corpos, e a consequente e recorrente violência pela qual passam em seus cotidianos. Tal violência encaminha suas vidas para uma situação de precariedade, que ao ser rebatida no território, se configura a partir de interdições espaciais. Associa-se a Carlos e Pádua (2017) a discussão a respeito do direito à cidade, a partir da noção de injustiça espacial. Contribui para isto o debate proposto por Saquet, Vale e Santos (2005), quando oferece a perspectiva multidimensional do território. No que tange as questões vinculadas à tipificação das violências sofridas pela população LGBTQIAPN+, recorre-se a Borillo (2016), que enumera e discute dentro da perspectiva da homofobia os diferentes tipos de violências de gênero, levando em consideração a sua naturalização em função de sua construção sociocultural. Por fim, enquanto estratégia de sobrevivência, e saída possível para o heteroterrorismo vivenciado em seu cotidiano (BENTO, 2011), levando em consideração que o território se constitui em espaço onde se constrói potentes associações, aponta-se a ética Bixa proposta por Vidarte (2019), como um potente mecanismo capaz de provocar a subversão da ordem até então estabelecida.

Enquanto fontes para a pesquisa, utiliza-se dados acerca da violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil de uma forma geral, e no estado do Rio de Janeiro de maneira mais específica. Esses dados foram produzidos pelo movimento social organizado, e sua tabulação não obedece a um padrão unificado. Além desses dados, se recorre aos discursos proferidos pelo prefeito da cidade que tiveram repercussão midiática, focando mais especificamente no incidente tratado por este artigo: o ataque LGBTQIAPN+fóbica proferido pelo prefeito Bispo Marcelo Crivella durante a Bienal do Livro na sua edição de 2019. Leva-se ainda em consideração as sentenças promulgadas pelo poder judiciário sobre o fato, assim como a sentença dada pelo Supremo Tribunal Federal a respeito da violência discriminatória

praticada pela municipalidade.

A ação segregadora, com o intuito de silenciar as pessoas LGBTQIAPN+, praticada pela Prefeitura do Rio de Janeiro gerou uma disputa judicial. Devido as proporções da disputa ocorre a provocação ao STF, e uma consequente repercussão na grande mídia jornalística. Percebeu-se que o número de assassinatos e outros tipos de violência contra este grupo de pessoas teve uma oscilação negativa nos anos posteriores. Em oposição, quando se trata especificamente do extrato relativo a pessoas trans, identificou-se um aumento crescente no número de assassinatos nos anos posteriores aos ataques do prefeito Bispo Marcelo Crivella.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho houve a necessidade de se descrever o processo de silenciamento e invisibilização dos sujeitos LGBTQIAPN+. Leva-se em consideração a primeira década dos anos 2000, por se tratar de um marco temporal, onde houve uma mudança positiva na conquista de direitos para a comunidade estudada, inerente ao processo de redemocratização que se consolidava no país, e relacionado com a ascensão dos governos populares ao Poder de Governo no Brasil. Acredita-se que as políticas afirmativas implantadas desde então, possibilitaram a ampliação da visibilidade desses sujeitos. Ao se construir esta retrospectiva histórica, se teve a preocupação em identificar os arranjos políticos conservadores, que possivelmente levaram a mudança de rumo na garantia de seus direitos civis. Assume-se que, em contra partida, houve um avanço da direita neoconservadora, que se organiza e se fortalece nas brechas cedidas pelas esquerdas.

Com o objetivo de se identificar a distribuição espacial da LGBTQIAPN+fobia no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, foi feito um levantamento de dados secundários disponibilizados por relatórios e dossiês disponibilizados pelos movimentos civis organizados como o Grupo Gay da Bahia - GGB, e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA. É bom que se esclareça que a violência contra as pessoas LGBTQIAPN+ não se resume as agressões físicas, que podem inclusive levar ao assassinato. Levou-se em consideração outras tipificações desta violência, como as formas verbal, psicológica, e patrimonial. O levantamento compreendeu o intervalo entre os anos de 2018 e 2022, ou seja, do ano anterior ao ocorrido, até o ano do retorno a “normalidade” pós pandemia do coronavírus. A consulta aos dados referentes aos anos posteriores foi de fundamental

importância para que se pudesse revelar os desdobramentos das interdições socioespaciais. É bom que se esclareça que o Estado brasileiro não produz dados oficiais sobre a população LGBTQIAPN+, por isto a principal fonte de informações destes dados se sistematiza junto aos movimentos sociais e as organizações não governamentais. Alerta-se que o simples fato de não se produzir dados oficiais sobre as pessoas LGBTQPIAN+, que possam ser agrupados e sistematizados já se caracteriza enquanto um processo de extrema violência do Estado brasileiro contra estas pessoas.

Focou-se neste trabalho nos discursos nos discursos e ações do prefeito Bispo Marcelo Crivella, considerado aqui o uma marco da consolidação da onda neoconservadora no Brasil, uma vez que a cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior capital de estado do país, e possui significativa visibilidade, tanto internamente, quanto internacionalmente. Foram feitos levantamentos junto aos principais portais de notícias nacionais usando palavras chave, no período da realização do evento. Foram selecionadas as notícias veiculadas nos portais G1 e El País, devido ao detalhamento do fato narrado, e por serem portais com os maiores números de acesso. Levou-se em consideração, também, as sentenças promulgadas pelo judiciário brasileiro em suas diferentes esferas. Foram acessados o pedido de censura protocolado pela municipalidade da cidade do Rio de Janeiro, as sentenças promulgadas nas diferentes esferas da justiça estadual fluminense, assim como o recurso ao Recurso impetrado no Supremo Tribunal Federal – STF, e a sentença promulgada por esta cârte.

Houve ainda a necessidade de se consultar documentos oficiais do Estado brasileiro, como o Estatuto da Criança e do Adolescente. O poder municipal fez uso do texto deste documento para de apoiar sua contestação judicial em busca da censura a uma obra literária específica, que incomodava a direita carioca neoconservadora. Assim pôde-se elencar as estratégias discursivas construídas, pelo poder executivo municipal, para que se viabilizasse o ataque.

Por fim, foram articuladas todas as informações obtidas, a fim de que se pudesse compreender as estratégias neoconservadoras para a promoção de uma invisibilização espacial, e de uma territorialidade sazonal, intermitente ou interrompida das pessoas LGBTQIAPN+ na cidade do Rio de Janeiro.

A SEXUALIZAÇÃO DO ESPAÇO E O SILENCIAMENTO DOS CORPOS DISSIDENTES

Ser uma pessoa LGBTQIAPN+ no Brasil é um ato de coragem. As estatísticas colocam anualmente o Brasil no topo da lista dos países que mais violenta estas pessoas. Essa violência acontece de diversas formas, através dos mais diferentes poderes da república, e em uma gama de espaços públicos e privados. Fazemos referência a violência física, psicológica, verbal e financeira, praticadas no cotidiano das pessoas LGBTQIAPN+, mas alertamos também para as violências do cotidiano – aquelas que vem vestidas em uma forma pretensamente inocente, ou ainda disfarçada de elogio. Estas violências são proferidas pela sociedade civil, e pelo Estado brasileiro, através de seus diversos poderes e em suas diferentes escalas – da local a nacional, presente desde os sistemas educacional e de saúde, até nas repartições públicas e nas firmas.

Tal processo violento retira das pessoas que as sofrem, a possibilidade de qualquer pensamento utópico (BRUNO, 2023). Como nos apresentou Bauman e Donskins (2019), com a liquefação do mal, a vida numa realidade distópica nos coloca num mundo sem saída, facilitando os processos de assujeitamento (ALTHUSSER, 1970). Falar desses processos que misturam as micro violências cotidianas, os processos de assujeitamento, e as ações efetivas de promoção da segregação espacial, é tratar de camadas sucessivas de dores que se materializam no espaço através de apagamentos na paisagem, provocados pela criação e a consolidação de espaços interditos, aos corpos em dissidência de gênero. As territorialidades sazonais e intermitentes que aqui são tratadas, talvez possam ser melhor entidades através da construção imagética de trajetórias, que promovem um constante ir e vir do “armário”. Há que se dizer que alguns corpos não conseguem usar estes artifícios das entradas e saídas destes espaços de silenciamento e invisibilidade que os “armários” constituem. O que se quer chamar a atenção é que, a violência é desferida de forma desigual as subjetividades representadas pela sigla que é utilizada neste trabalho.

Permitimo-nos atualizar o trabalho de Borrillo (2016) que, ao construir uma história crítica da homofobia, estabelece uma tipificação das violências originadas neste ato discriminatório e elucida que são vítimas da mesma discriminação as lésbicas, bissexuais, travestis e pessoas transexuais. Entendemos o contexto que o autor escreve, onde a sigla LGBT+ era suficiente para abarcar todas as identidades sexuais fora da normatividade heterossexual. Contudo, sentimos a necessidade crescente no Brasil de nominarmos na sigla cada identidade de gênero que clama por direitos, afinal, o que não é nominado, não é reconhecido. Portanto, trabalharemos a sigla neste artigo na versão mais atualizada possível, por entendermos que

todas as identidades de gênero importam, nos filiando a proposta da criação e propagação de uma ética Bixa, tal qual nos sugere Vidarte (2019).

A luta constante é contra “... a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço...” (MBEMBE, 2018, p. 39). Avançando na discussão, recorreremos a Butler (2019) quando, ao discutir Estado, democracia e povo, chama a atenção para que a maior ou menor inserção dos sujeitos nesta tríade está relacionada aos seus marcadores sociais. Os marcadores vinculados a sexualidade vão nos empurrando para a situação de subcidadania, que é hierarquizada segundo as nossas identidades de gênero e nossas interseccionalidades.

O final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, parecia ser um período de consolidação de conquistas para as pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, o que, aparentemente, transbordaria para as unidades da federação. Sem dúvida, houve uma promoção da visibilidade destas pessoas, como fator positivo. Como apontam Abranches Júnior, Almeida Neto e Freitas (2022, p. 89),

... um número cada vez maior de pessoas tem se reconhecido pertencentes a esse grupo, o que ajuda a diminuir a marginalização social imposta a décadas a esses sujeitos. Por outro lado, a mesma visibilidade suscita uma série de reações de ódio contra essas pessoas, reforçadas e difundidas sob o véu da liberdade de expressão.

Acreditamos que os autores percebem o recrudescimento de um neoconservadorismo de base cristã no Brasil, e especificamente no Rio de Janeiro. A ascensão do Bispo Marcelo Crivella ao cargo de prefeito da segunda maior metrópole brasileira nos parece um marco para este movimento neoconservador. Biroli, Machado e Vaggione (2020), ao traçarem um panorama da América Latina, apontam um desmantelamento dos regimes de esquerda ao longo dos anos de 2010, marcado pelos golpes disfarçados de legalidade em alguns países, somados a eleições de presidentes de extrema direita. O Brasil foi duplamente contemplado. O Golpe com requintes de legalidade praticado contra a Presidenta Dilma Roussef, seguido pela eleição do presidente de extrema direita fascista Jair Bolsonaro, foi um baque para garantia de direitos as pessoas LGBTQIAPN+. Mais que isso foi uma ameaça a própria existência desses sujeitos.

Para entender melhor as práticas de construção dos imaginários culturais e a construção da tecnologia biopolítica em questão, recorreremos a noção de heteroterrorismo cunhada por

Bento (2011). Parte-se do pressuposto que os comportamentos sociais são normatizados a partir de papéis de gênero. Ao se detectar divergências ao padrão hegemônico, há o acionamento de dispositivos de controle na tentativa da correção dos desvios. Quanto maior a resistência, mais se recrudescem as práticas e os discursos na direção da manutenção da norma padrão. Sujeitos LGBTQIAPN+ são submetidos a diferentes dispositivos de controle, que operam para a garantia do funcionamento do sistema baseado em uma sexualidade padrão. Dessa forma, o corpo desviante da norma é reconhecido, apontado, monitorado, aterrorizado, ao longo de sua existência. Tal prática leva a construção de um corpo alienígena, tornando impossível se reconhecer no outro. Desta forma, o corpo dos sujeitos LGBTQIAPN+ passa a ser visto como um corpo inimigo, que ameaça a existência do funcionamento do sistema, e da própria existência do outro, afinal “... o terror se converte numa forma de marcar a aberração no corpo político...” (MBEMBE, 2018, p. 25). Reconhecido enquanto inimigo, este corpo está sujeito a todo e qualquer tipo de violência. Assim a violência espacial se instala, as interdições vão sendo ratificadas e os direitos suprimidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse Estado brasileiro aqui apresentado se reproduz política e administrativamente em diferentes escalas. Suas ramificações perpassam desde as questões nacionais até atos praticados pelo poder local, nas suas diferentes esferas, e seus diferentes poderes

Indagamos até que ponto um Estado que apresenta este processo de constituição, e reproduz no seu cotidiano tais idéias, pode apresentar uma proposta onde todos os cidadãos se sintam seguros e com seus direitos constitucionais garantidos. Acreditamos que em alguns casos a ordem pública promovida pelo poder local se destina a garantir a segurança da população que se enquadra mais adequadamente aos padrões de comportamento difundidos pela heterossexualidade cisgênera, não reconhecendo a espacialidade LGBT+, provocando um movimento de exclusão, dificultando a sua apropriação do espaço e promovendo a injustiça espacial.

Para tal nos debruçaremos sobre o caso ocorrido na Bienal do Rio de 2019. Essa escolha se dá não somente pela grande repercussão midiática do fato, mas também por acreditarmos que a atitude da Prefeitura do Rio de Janeiro, assim como as falas do Prefeito Bispo Marcelo Crivella, corroboraram por acentuar a vulnerabilidade da população LGBT carioca, no que tange a sua segurança física e a sujeição aos discursos de ódio.

Antes de continuarmos na discussão do fato, cabe aqui ressaltar que o espaço da cidade do Rio de Janeiro é palco da segunda maior Parada do Orgulho LGBT do Brasil em

Copacabana, possui um capilarização do movimento LGBTQ+ por seus bairros periféricos e suburbanos e em diversas comunidades, além de ter uma relevância enquanto destino turístico internacional para as pessoas LGBTQ+. Vale a pena também chamar a atenção para a ausência de qualquer ação na garantia de direitos as pessoas LGBTQ+ no Plano Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro é palco de importante evento literário: a Bienal do Livro. A sua primeira edição remonta o ano de 1983 quando ocupou os salões do Hotel Copacabana Palace. O evento teve grande sucesso e passou a fazer parte do calendário de eventos da cidade do Rio de Janeiro, atraindo a cada edição um fluxo maior de pessoas. Dada a magnitude do evento ele acontece nos pavilhões do Rio Centro, na zona oeste da cidade. Além de uma diversidade de público, a Bienal oferece uma pluralidade de obras literárias, contemplando múltiplos estilos e apresentando diferentes formas. Normalmente o evento, devido suas proporções é coberto por diferentes veículos de imprensa, que primam por informar as novidades e curiosidades que a feira literária apresenta. A edição de 2019 foi coberta por esses veículos de imprensa com o mesmo esmero de sempre, contudo um fato provocado por uma ação do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Bispo Marcelo Crivella, fez com que a imprensa tivesse mais o que noticiar.

A censura imposta² à história em quadrinho “Vingadores: a cruzada das crianças”, pelo Prefeito Bispo Marcelo Crivella, que estava sendo comercializada na Bienal do Livro, importante feira que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, que na edição de 2019 teve cerca de 600 mil visitantes, pode ser caracteriza como sendo um ataque direcionado as pessoas que fogem a heteronormatividade, um verdadeiro ato homofóbico patrocinado pelo Estado em sua esfera municipal, representado pelo chefe do executivo local.

Sob o argumento de proteção as crianças e primando pelos bons costumes, a atitude da Prefeitura foi a de mandar recolher toda a produção da revista, que foi considerada de conteúdo adulto, e de quaisquer outras obras que não estivessem embaladas em sacos plásticos não transparentes e etiquetados, na clara tentativa de impedir a venda deste conteúdo gráfico. Para isso baseou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente, especificamente na ordem que entende que publicações de caráter impróprio ou inadequado devem ser comercializadas em embalagens

² ARAUJO, Joana. Caso Crivella X Bienal do Livro: Censura ou Proteção ao menor? Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/caso-crivella-x-bienal-do-livro-censura-ou-protECAo-ao-menor/>>

lacradas, com advertência do seu conteúdo, apesar da obra estar sendo vendida lacrada e em sua capa não conter nenhuma imagem de conteúdo erótico.

A atitude homofóbica do Prefeito Bispo Marcelo Crivella, travestida de tentativa de proteção as crianças, acabou em disputa judicial e promoveu uma ampla visibilidade aos processos discriminatórios pelos quais passam as pessoas LGBTQ+ na cidade do Rio de Janeiro de modo particular e no Brasil de forma geral. A disputa judicial desvelou o pensamento homofóbico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que, através de decisão do seu presidente, Desembargador Cláudio de Mello Tavares, derrubou liminar concedida a organização da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que considerou o ato do Prefeito Bispo uma intervenção direta na liberdade de expressão com caráter de censura. O resultado da ação homofóbica do Prefeito Bispo respaldada pelo Presidente do Tribunal de Justiça – TJ, resultou no repúdio as ações de tentativa de censura com argumentação homofóbica por parte dos frequentadores da feira literária, que aos gritos protestaram contra os atos do Estado brasileiro, representados localmente pelos poderes executivo e judiciário. Ainda em resposta a tal afronta proferida pelo Estado brasileiro os frequentadores da Bienal do Livro do Rio de Janeiro compraram todos os exemplares da publicação, não permitindo que um se quer fosse apreendido.

Na realidade que foi considerado impróprio, pelo par homofóbico, foi a exposição de conteúdo vinculado ao homotranssexualismo – entretanto não foi considerado impróprio o uso deste termo que remete ao já passado tratamento da homossexualidade e transexualidade enquanto doenças, o que se constitui em mais uma ação homofóbica proferida pelo Estado. Propositadamente ou não, essas ações causam dor, angústia e insegurança para as pessoas LGBTQ+. Se representantes do Estado brasileiro, de diferentes poderes disferem atos e agressões contra as pessoas LGBTQ+, divulgando abertamente para quem quiser escutar que a sexualidade por eles e elas exercidas não é autorizada, não pode ser mostrada e é uma ameaça a ordem pública, não estariam respaldando atitudes homofóbicas? Não seria então a homofobia institucionalizada na cidade do Rio de Janeiro, já que o poder executivo está associado ao poder judiciário no combate a homossexualidade?

Uma página com um beijo entre dois personagens masculinos pareceu para os governantes do município do Rio de Janeiro motivo suficiente para que embalagens de plástico escuro e opaco com avisos sobre o que poderia ser encontrado na HQ fossem colocados.



Figura 1- Imagem interna da revista causadora da polêmica

Fonte: Jornal El País

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html

A ação da Prefeitura Bispo da Cidade do Rio de Janeiro respaldada pela decisão do Presidente do Tribunal de Justiça só foi solucionado com intervenção do Supremo Tribunal Federal. O STF foi provocado e a liminar concedida pelo TJ-RJ, através de decisão do Desembargador Cláudio de Mello Tavares, foi caçada pelo Ministro Dias Toffoli. O Ministro Celso de Mello também se posicionou advertindo que

“Sob o signo do retrocesso, cuja inspiração resulta das trevas que dominam o poder do Estado, um novo e sombrio tempo se anuncia, da intolerância, da repressão ao pensamento, da interdição ostensiva ao pluralismo de ideias e do repúdio ao princípio democrático.”

Quando uma das ações de segurança pública do Estado brasileiro, especificamente o carioca, é a restrição de um conteúdo onde ocorre uma representação gráfica de uma interação homoafetiva porque se entende como impróprio para criança e adolescente muitas são as questões que podem ser levantadas.

Ao promover tal ação de ordem pública a Prefeitura do Rio de Janeiro vulnerabilizou diretamente a segurança das pessoas LGBTQ+ no espaço carioca. Defendeu a imagem da perversão da homossexualidade, transformou as pessoas LGBTQ+ em aberrações da natureza e estimulou a ojeriza ao desviante ao cisheteropatriarcado. Atitudes como esta provocam à disseminação as agressões físicas, deseducam a população, estimulam o preconceito e difundem o ódio contra um determinado segmento da sociedade carioca.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho considerou-se que a LGBTQIAPN+fobia é estrutural no Brasil, e que se comprova pelo comportamento discriminatório do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. O episódio relativo a censura da obra de História em Quadrinhos na Bienal do Livro da Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2019, foi aqui utilizado como exemplo. A escolha deste fato se deu devido a disputa judicial que ocorreu, envolvendo inclusive o STF, o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, enquanto argumento para a censura pretendida, e a grande repercussão midiática que o caso teve, sendo manchete dos grandes portais de notícias.

A pesquisa ainda está em andamento, portanto com as informações até agora analisadas ainda não é possível alcançar plenamente o objetivo central. Contudo a pesquisa aponta para uma não vinculação do incremento dos índices de violência aos discursos praticados pelo Prefeito. Tão pouco há uma diminuição destes índices, ao ponto de se identificar uma transformação desta realidade em sua gestão, o que nos leva a concluir que os atos e discursos do Prefeito Bispo Marcelo Crivella se caracterizam enquanto práticas de interdição espacial para a população LGBTQIAPN+ na cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES JUNIOR, N.; ALMEIDA NETO, A.; FREITAS, L. O Estado brasileiro e a criação de espaços de homofobia no Rio de Janeiro. in: COSTA, A. J. T. da e TUNES, R. H. Geografia do estado do Rio de Janeiro: estudos sobre globalização e natureza, Rio de Janeiro: Consequência, p. 89-100, 2022.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. Lisboa: Editoprial Presença, 1970
- ANTRA. Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. Brasília, Distrito Drag-Antra, 2023.
- BAUMAN, Z. e DONSKINS, L. Mal Líquido: vivendo num mundo sem alternativas. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- BENTO, B. Na Escola se Aprende que a Diferença Faz Diferença. **Estudos Feministas**, V.19, P. 549-560, 2011
- BORRILLO, D. Homofobia: história e crítica de um preconceito. 1 ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2016



BRUNO, F. – Qual a Distopia de Hoje? Rio de Janeiro: **Z Edições**, 2023

BUTLER, J. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. 1 ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2019.

BUTLER J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. 1 ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2019a.

CARLOS, A. F. A.; PÁDUA, R.F.DE (Org.). Justiça espacial e o direito à cidade. 1 ed. São Paulo: **Contexto**, 2017.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: **Graal**, 1999.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1edições, 2018

SAQUET, M.A.; VALE, A.L.F.; SANTOS, R. A. DOS. O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Bra. Ciência**, V.7, P. 11-26, 2005.

VIDARTE, P. Ética Bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: **n-1 edições**, 2019.